Formação e atitude humanista e cívica de um médico de Oeiras

Gilberto Monteiro

Humanist, Civic Education and Attitude in Gilberto Monteiro

Margarida Barahona Simões

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/610>

DOI: 10.4000/cultura.610

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2008

Paginação: 57-76

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Margarida Barahona Simões, « Formação e atitude humanista e cívica de um médico de Oeiras », *Cultura* [Online], Vol. 25 | 2008, posto online no dia 01 outubro 2013, consultado a 22 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/610> ; DOI : 10.4000/cultura.610

Formação e atitude humanista e cívica de um médico de Oeiras: Gilberto Monteiro

Margarida Barahona Simões*

A experiência intelectual de vultos significativos de uma dada geração pode ajudar a compreender o ambiente em que as ideias, as mentalidades e as sensibilidades surgem e se reproduzem. Por isso, o que se vai ler é a reconstituição da trajectória de um médico num determinado meio para cuja dinamização contribuiu. Não nos interessou o estudo dum percurso de vida porque fosse paradigmático mas porque, obviamente, é valioso para a compreensão de vivências de um espaço e tempo concretos: Oeiras, mais precisamente Algés e Cruz Quebrada, entre 1920 e 1960.

Entenda-se este estudo como uma incursão no terreno da micro-história direccionado para a história das ideias ou da história cultural, tendo como certo que a perspectiva micro envolve um problema e/ou um tema macro.

As narrativas podem ser significativas sem serem grandiosas ou absolutamente determinantes. Contudo, a abordagem interrogante inerente à história das ideias desvela necessariamente novos sentidos e expressões porque “o engenho reconstrutivo, o que na verdade interessa é que a dimensão puramente quantitativista de informação se transforme em estruturação qualitativa e significativa”¹.

Deste modo, não apresentamos o facto bruto do documento mas a descrição pontual e sublinhada de percepções e opiniões que encontram receptores identificados com as atitudes de um tipo de médico intelectual e participante numa dada comunidade.

Igualmente, recorreremos à análise intensiva do que Jacques Revel designa por “pequenos objectos”, “micro-universos”. É que a articulação destes com a realidade “macro” tem um poder de explicitação verdadeiramente revelador².

* Investigadora do CHC/FCSH; Bolseira da FCT.

¹ José Esteves Pereira, *Sobre a História das Ideias. Intervenções. Recensões (1982-1988)*, Lisboa, CHC, UNL, 1992, p. 80.

² Entrevista de Marieta de Moraes Ferreira com Jacques Revel, Paris, Fevereiro de 1997, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/214.pdf>. Como bem explica Jacques Revel nesta entrevista, o seu interesse pela micro-história começou quando trabalhava numa revolta parisiense do século XVIII que foi provocada pelo sequestro de crianças. A questão que se lhe colocou foi, justamente, qual a ligação entre um acontecimento tão pequeno, “microscópico”, e a Revolta parisiense. Na realidade, Revel concluiu que

Pense-se no caso a que alude Giovanni Levi – o advento do Estado moderno –, que, ao ser tratado a partir da perspectiva micro, mostra uma pluralidade de possibilidades e realizações históricas, diversas entre si, e cuja explicação exige a análise mais refinada dos contextos da sua emergência em diferentes lugares e situações. Assim sendo, o contexto em micro-história “é sempre e necessariamente diverso e o lugar de um jogo relacional onde a acção dos sujeitos históricos efectivos, agindo, é capaz de definir soluções e propor encaminhamentos que *a priori* não estariam dados”³.

Por isso, diz-nos G. Levi, “a escala não é um dado preestabelecido mas resulta de uma escolha estratégica que envolve a própria significação da pesquisa: o que vemos é aquilo que escolhemos fazer ver”⁴.

Para tal viajemos até Oeiras, a máquina fotográfica preparada, sem perder de vista a paisagem, façamos um *zoom*⁵:

Começo pelo mais próximo em eco de memória.

Foi em Setembro de 1991. No ano anterior, alguns “antigos doentes e todos amigos e grandes admiradores”⁶ de Gilberto Monteiro subscreveram a petição, que foi dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Oeiras, propondo a atribuição do seu nome a uma rua da freguesia de Carnaxide. No seu entender, o exemplo que nos deixou como médico, desportista, escritor, conferencista, justificava a consagração toponímica.

Realçavam ainda a “sua vida multifacetada e rica pois foram vários os campos em que mostrou todo o seu interesse de servir o próximo. De espírito altruísta com os menos favorecidos pela sorte, foi médico dedicado e conhecido pelo seu carácter ímpoluto”⁷.

se considerava conhecedor do século XVIII parisiense numa análise macro-histórica, contudo, ao olhar de mais perto como se moviam as pessoas percebeu, pela primeira vez, configurações diferentes.

³ Manoel Luiz Salgado Guimarães, “*Resenhas. Micro-história: reconstruindo o campo de possibilidades*”, *Topoi*, Rio de Janeiro, n.º 1, 2000, p. 222.

⁴ Giovanni Levi, “Comportamentos, recursos, processos: Antes da revolução do consumo” in Jacques Revel (org.) *Jogos de Escala: a experiência da microanálise* (trad. brasileira), Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 203.

⁵ Giovanni Levi “Sobre a micro-história”, in Peter Burke *A Escrita da História: Novas perspectivas*, S. Paulo, Ed. UNESP, 1992, p. 136. Levi utiliza uma imagem que bem explicita a metodologia aplicada numa análise e perspectiva de micro-história. Tal como um fotógrafo que observa o espaço, concentra-se, foca um objecto, um acontecimento, faz um *zoom* focando ainda mais o pequeno detalhe, a personagem, o lugar. Contudo, o fotógrafo não elimina a paisagem que só não está ampliada. Desta forma pretende Levi estabelecer a ligação entre micro e macro-história. Como já dissemos no texto, uma perspectiva micro envolve e relaciona-se com uma temática ou questão macro.

⁶ Petição endereçada à Câmara, de 12 de Abril de 1990, Arquivo familiar.

⁷ *Ibidem*.

E, em carta endereçada à viúva de Gilberto Monteiro, Carlos Neves, que a assina, para além dos aspectos indicados na petição, considera, acima de tudo, “o amigo de todos os que tiveram a felicidade de o conhecer”⁸.

A Câmara deliberou atribuir o seu nome ao arruamento, então ainda sem nome, na Cruz Quebrada, com início na Rua Policarpo Anjos e sem saída⁹.

Quem desconhecer as ligações de Gilberto Monteiro à Cruz Quebrada perguntar-se-á porquê uma rua neste sítio. E quem ignorar o teor das relações que ele estabeleceu com esse lugar dirá não ter sido uma rua que lhe atribuíram mas um simples e esconso beco à beira do rio Jamor.

Antes de mais, refira-se que Gilberto Monteiro escreveu um livro intitulado *O Sítio da Cruz Quebrada. Nótulas de Micro-História*¹⁰, que se tornou raro na medida exacta em que foi apropriado por um interesse forte de identidade e de recuperação de vivências locais e pessoais. Esse livro reúne artigos, nótulas e crónicas que o autor escreveu, durante dez anos, para *O Fermento*, jornal do pessoal da Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses (FPFH)¹¹ que se situava na Cruz Quebrada. É que enquanto médico, Gilberto Monteiro foi chefe dos Serviços Clínicos da fábrica e, em 1963, a Direcção desta patrocinou a edição do referido volume.

Para melhor se aquilatar a oportunidade daquela edição, oiçamos o que, sobre a obra, alguns escreveram a Gilberto Monteiro:

Depois de agradecer o livro que Gilberto Monteiro amavelmente lhe deixara no “Algés e Dafundo”, João Xavier Morato, seu amigo, confessando o alvoroço de menino com que o leu e saboreou, escreveu-lhe dizendo:

⁸ Carta manuscrita de Carlos Alberto Airoso Neves, de Algés, 28 de Setembro de 1991 endereçada à segunda mulher, Suzanne Emilie de Rop Monteiro, Arquivo familiar. G. Monteiro casou em primeiras núpcias com Maria Isabel Barahona Vieira Monteiro, da qual enviuvou em 1958. Dela teve três filhos, Isabel Maria que morreu tragicamente de meningite, em 1933, apenas com dez anos, Mário Berto e Margarida Maria, minha mãe.

⁹ Acta da Reunião Ordinária realizada em 17 de Abril de 1991, Arquivo familiar.

¹⁰ *O Sítio da Cruz Quebrada. Nótulas de Micro-História*, Cruz Quebrada, Sep. de *O Fermento*, 1963.

¹¹ Em 1930, constituiu-se, em Portugal, a sociedade Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses, Lda, e a 28 de Outubro de 1931 foram inauguradas as primitivas instalações da Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses, na Cruz Quebrada. A F.P.F.H. era uma filial da célebre fábrica de Delft, Nederlandsche Gist & Spiritus Fabriek (Real Fábrica Holandesa de Fermento e Álcool), fundada em 1874, também conhecida como Gist-Brocades. A F.P.F.H. da Cruz Quebrada produziu levedura para panificação, álcool e outros produtos até 1962. A partir de 1953, produziu antibióticos principalmente penicilina, nas instalações de Matosinhos. Em 1987, a F.P.F.H. mudou o nome para Gist Brocades e em 1999 fundiu-se com a GB Ingredients. Entretanto, o fabrico de ingredientes de panificação e pastelaria foi transferido para Barcelona. A Gist Brocades da Cruz Quebrada esteve em laboração até 2000, sendo depois desactivada.

“Graças ao vosso magnífico poder de evocação, lá andei em companhia de tão esclarecedor cicerone, a calcorrear pelos sítios da Cruz Quebrada de antanho, sentindo também aquela garrettiana dolência que o reviver de antigos quadros provoca em nós, sentimentalões dos quatro costados. Os homens do cimento armado dirão que este enternecido deambular pelo passado é uma pieguice. Eu chamo a esta reanimação de figuras e locais já desaparecidos, reverência e respeito pela memória de quem nos antecedeu [...]”¹².

Para muitos “sentimentalões”, como Xavier Morato, o livro proporcionou o sonho de reviver momentos do passado. É nesse sentido que se manifesta uma leitora que lhe escreve, confessando que “[...] há ali coisas que me fazem recordar muito da minha vida por aquelas paragens, sem querer até me vieram as lágrimas aos olhos [...]”¹³. Mas também facultou a possibilidade de evasão e o cimentar da amizade, como se patenteia neste desabafo de um amigo: “[...] sabe o que lhe digo, meu caro Dr., assim, muito simplesmente, muito à portuguesa? Felizes os que sabem evadir-se das coisas comezinhas da vida e encham o espírito com algo que fica, e é presente de valia para filhos e netos!”¹⁴.

A fonte histórica que a monografia permite também é sinal de construção e evidencição de uma sociabilidade própria. Por vezes invocamos a necessidade política da proximidade sem aprofundar os conteúdos que a tornam possível.

Deste modo, outros, que naturalmente não eram alheios a tais sentimentos, declaravam-lhe que “livros como o seu são indispensáveis a quem quiser, mais tarde, reconstituir a história do País. É o somatório dos escritos sobre coisas locais que constitui um manancial que serve os historiadores para desenvolver qualquer assunto”¹⁵. E consideravam serem “trabalhos estes como o teu, que eu considero indispensáveis para a sobrevivência histórica e emocional de locais e personagens, que, sem isso, se perderiam no anonimato”. “Todo o livro está impregnado de amorosas vivências e reminiscências. É um trabalho de investigação escrito com alma de artista enamorado da terra-corpo, cujos contornos tão bem conhece e descreve com segurança.”¹⁶

Mais esclarecedoras, para responder à questão acima levantada – e relembremos, porque a atribuição do seu nome a uma rua na Cruz Quebrada –, parecem-me as palavras de Alves Morgado no *Prefácio* do livro:

¹² Carta de João Xavier Morato, de Algés, 27 de Maio de 1955, Arquivo familiar.

¹³ Carta de Maria Helena, da Cabeça Gorda – Beja, 23 de Maio de 1965, Arquivo familiar.

¹⁴ Carta de Francisco da Cunha Rosa, Gabinete de Estudo das Pescas, 31 de Maio de 1967, Arquivo familiar.

¹⁵ Carta de F. Cortez Pinto, médico, Lisboa, 25 de Janeiro de 1965, Arquivo familiar.

¹⁶ Carta de Carlos Lemonde de Macedo, Lisboa, Fevereiro de 1965, Arquivo familiar.

“G. Monteiro não é apenas o erudito que busca e rebusca nos arquivos e bibliotecas factos e figuras inteiramente ignorados das gerações actuais; não é apenas o investigador que exuma do passado, remoto e próximo, o ‘como’ e o ‘porquê’ das coisas, sabendo reconstituir uma época e reconstruir uma povoação na traça primitiva, é também a voz que se levanta para defender pergaminhos ofendidos e condenar atentados contra as tradições históricas, atentados cometidos em nome de um progresso urbanístico que apenas dissimula, muitas vezes, a ambição materialista do lucro, característica predominante dos dias que passam”¹⁷.

Não é por acaso que Júlio Conrado, jornalista do *Costa do Sol* a quem calhou receber o livro para crítica, embora confessando haver no jornal pessoas mais abalizadas para desempenhar essa função, não resistiu e se abalançou a escrever sobre a obra “algumas naturalmente superficiais, mas, em todo o caso, bem intencionadas, considerações”¹⁸. Compreendo a tentação.

Na mesma altura, um cruz-quebradense escreveu a Gilberto Monteiro solicitando-lhe o livro. Vira-o em casa do pai, que era empregado na fábrica, mas a quem nem se atreveu a pedir-lho, pois “o orgulho que meu Pai manifestava pela posse daquele documento não me permitiu solicitar-lhe a sua cedência que de antemão sabia votada ao insucesso”¹⁹. Para evitar incómodos, sugeria-lhe o remetente que fizesse do pai portador e agradecia-lhe “por ter feito luz em todos os espíritos cruz-quebradenses”. E um amigo confessou-lhe ter receio de que o trabalho não fosse compreendido, porque dizia “avaliar o que representa tirar *ex-nihilo* uma monografia tão completa como a que é oferecida aos curiosos exige sensibilidade fora do vulgar; os poucos que tiverem essa sensibilidade ficar-lhe-ão gratíssimos”²⁰.

Por que é que, afinal, foi atribuído o nome de Gilberto Monteiro a um beco da Cruz Quebrada? Por tudo isto que acabámos de dizer. Porque, como já referi em outro artigo, nas suas crónicas, coligidas no livro *O Sítio da Cruz Quebrada. Nótulas de micro-história* “divulgou histórias e memórias, denunciou atentados ao património e defendeu – antes do tempo – estratégias essenciais para a salvaguarda de património intangível. Compreendendo bem que a história não é só o que se arquiva mas o que, afinal, fica, G. Monteiro foi acima de tudo um construtor de memória e constituiu-se numa referência identitária”²¹. Neste caso, da história e património da Cruz Quebrada, Algés e Dafundo.

¹⁷ Alves Morgado, “Prefácio”, in *O Sítio da Cruz Quebrada*, cit., p. 12.

¹⁸ Júlio Conrado, “Breves considerações sobre o livro «O sítio da Cruz Quebrada – Nótulas de Micro-História» do Dr. Gilberto Monteiro”, in *Jornal da Costa do Sol*, Ano II, n.º 63, de 3 de Julho de 1965, Arquivo familiar.

¹⁹ Carta de Fernando de Oliveira, Amadora, 29 de Junho de 1965, Arquivo familiar.

²⁰ Carta de Carlos Coimbra, de 22 de Julho de 1965, Arquivo familiar.

²¹ Margarida Barahona Simões, “Gilberto Monteiro – Paradigma e construtor de memória identitária”, in *Actas do Congresso Internacional de Estudos Clássicos, Identidade e Cidadania da antiguidade aos*

Não sendo, por formação, historiador, G. Monteiro manuseou tão bem as fontes e os testemunhos orais que, ainda hoje, para fazer a História daqueles locais, é forçoso consultar a sua obra.

Em Algés, onde, afinal, viveu quase toda a vida, foi sócio do *Sport Algés e Dafundo*, fundador e ideólogo da sua 1.ª Comissão Cultural (1936), organizador da biblioteca e um dos mais dinâmicos promotores das actividades culturais e desportivas daquela instituição.

Contudo, Gilberto Monteiro foi, acima de tudo, médico municipal da Freguesia de Carnaxide, durante quarenta anos, até 1961, sendo condecorado com a Medalha de Bons Serviços pela Câmara de Oeiras, em 1966²². Gilberto Monteiro foi médico e foi historiador e estas duas facetas não podem dissociar-se uma da outra.

Na verdade, Gilberto Monteiro nasceu, por mero acaso, em Runa, concelho de Torres Vedras, a 22 de Fevereiro de 1892. Toda a sua família da parte do pai era de Lisboa, de que se possa atestar, desde, pelo menos, o século XVIII. O seu pai, Augusto César da Costa Monteiro, era então sargento da administração militar e, quando o filho nasceu, encontrava-se em comissão na Quinta de Alcobaça, em Runa, no Hospital/Asilo dos Inválidos de Guerra, criado pela princesa D. Maria Francisca Benedita, filha de D. José²³. Por razões desconhecidas, vieram logo depois viver para Pedrouços. Gilberto Monteiro estudou, assim, na Escola Rodrigues Sampaio e frequentou o liceu da Lapa, depois Pedro Nunes²⁴.

Na sua vida profissional, G. Monteiro foi o que chamavam facultativo municipal da Freguesia de Carnaxide, o que, traduzido em miúdos, significa que foi médico dos pobres.

É que ele já estudou na recém-criada Faculdade de Medicina de Lisboa que, só com o advento da República, em 1911, veio substituir a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa²⁵.

nostros dias, VI Congresso da APEC, promovido pelo CHC da UNL, FCSH, de 18 a 21 de Outubro de 2006.

²² Ofício da Câmara Municipal de Oeiras, n.º 15 330/66, de 27 de Maio de 1966, por ocasião das comemorações do 207.º aniversário do Concelho de Oeiras e ainda informação curricular sobre G. Monteiro apenas ao processo da Comissão de Toponímia da mesma Câmara, Arquivo familiar.

²³ Agradeço as informações e a amabilidade do Engenheiro José Maria Santos, que realizou o trabalho de pesquisa genealógica sobre G. Monteiro.

²⁴ Gilberto Monteiro, *Encontro de Antigos Condiscipulos*, Separata de *Fermentos*, Cruz Quebrada, 1966.

²⁵ As Escolas Médico-Cirúrgicas, que foram criadas por decreto de 29 de Dezembro de 1836, de Manuel da Silva Passos, substituíram e ampliaram as velhas Escolas Régias de Cirurgia. Umas e outras se esforçaram para que os seus diplomados fossem equiparados aos da Universidade de Coimbra. Pesava na consideração de inferioridade dos seus diplomados a resistência e oposição daquela Universidade, que, aliás, se pautava por um ensino demasiadamente teórico, e ainda o facto de serem exigidas, aos candidatos das Escolas Médico-Cirúrgicas, muito menos habilitações do que aos que se candidatavam à Universidade. Em 1866 estas Escolas alcançam a almejada igualdade, ainda que os títulos académicos não fossem concedidos aos seus diplomados. Embora publicamente tratados por doutores, só em 1911, aquando da criação das Universidades de Lisboa e Porto, é que se dispôs nesse sentido. Sobre o

Formado em 1921, “especializou-se”, isto é, frequentou os cursos de pós-graduação de Higiene, Hidrologia e Climatologia. Explicitando melhor, vivia-se, naquela altura, os efeitos da reforma sanitária de 1899-1901. Esta reforma, protagonizada por Ricardo Jorge, então nomeado inspector-geral dos Serviços Sanitários, conduziu à criação da Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e do Instituto Superior de Higiene, “que iriam desempenhar um importante papel na educação, formação e investigação em saúde pública”²⁶. E a instituição de tais organismos só foi possível graças à tenacidade de Ricardo Jorge e à projecção que auferiu com as conferências proferidas, em 1884, no Porto. Increpando o estado dos serviços de saúde pública, propôs “às autoridades as eleições, aos higienistas a saúde pública. Cuidem eles com afincio da máquina eleitoral e deixem a quem de direito cabe o cuidado pela higiene nacional”²⁷. No projecto de Ricardo Jorge já se inscrevia a formação de especialistas em saúde pública e higiene. Por isso, na mesma altura proclamou a “Instituição obrigatória de ‘currículo’ de sanitarista e escolha baseada em competência”²⁸. Com efeito, o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, de 24 de Dezembro de 1901, redigido por R. Jorge, tinha como preocupação essencial a protecção e a melhoria da saúde comunitária. O artigo 10.º do dito regulamento determinava que os serviços de saúde pública tinham por fim “vigiar e estudar quanto diz respeito à sanidade pública, à higiene social e à vida física da população”²⁹.

A nível distrital e concelhio estabeleceu-se, respectivamente, o delegado de saúde, “médico com formação em saúde pública que tinha a direcção técnica dos serviços sanitários do distrito, e o subdelegado de saúde, cargo desempenhado pelo facultativo municipal, a quem competia a assistência médico-cirúrgica da respectiva população. Todas as Câmaras, excepto a de Lisboa e Porto, deviam ter, pelo menos, um facultativo de partido a quem competia a assistência médico-cirúrgica da respectiva população”³⁰.

assunto v. M. Ferreira de Mira, *História da Medicina Portuguesa*, ed. da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947, pp. 351 a 358, e ainda Valentino Viegas, João Frada, José Pereira Miguel, *A Direcção-Geral da Saúde. Notas Históricas*, Dir.-Geral de Saúde, Lisboa, 2006, pp. 10-12.

²⁶ Luís Graça, “Os conceitos do moderno sanitarismo”, in *História da Saúde no Trabalho: 2.1 A reforma da Saúde Pública no virar do século XIX* (<http://www.ensp.unl.pt/lgraça/textos16.html>, p. 2). Sobre o ensino da Medicina v. *idem*, *ibidem*, *O Ensino e a prática da medicina em Portugal no séc. XIX*, (<http://www.ensp.unl.pt/lgraça/textos97.html>).

²⁷ Jacinto Simões, “No centenário de Ricardo Jorge (1) O homem e a obra”, in *Seara Nova*, 1958, p. 148.

²⁸ *Idem*, *ibidem*.

²⁹ Luís Graça, *ibidem*, texto 16, p. 3.

³⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 5. Com efeito, “é sobretudo no facultativo, considerado o primeiro funcionário de saúde, e no médico que se aposta o êxito do sistema de saúde que se pretende inaugurar”, com o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública segundo Valentino Viegas, João Frada, José Pereira Miguel, *A Direcção-Geral da Saúde. Notas históricas*,..., p. 33.

G. Monteiro era então facultativo municipal; mais precisamente, facultativo de partido da freguesia de Carnaxide. Esta designação “partido” dizia respeito à parte do município a que estava adstrito. Assim, enquanto médico de partido, ele era remunerado pelo Município e encarregado dos assuntos respeitantes à higiene, profilaxia e assistência aos doentes pobres³¹.

Por isso, G. Monteiro conheceu muitas pessoas, dos mais ricos aos mais pobres, e pôde, naquela intimidade que só esta árdua profissão permite, observar de perto os mais díspares problemas.

Gilberto Monteiro foi facultativo de partido da freguesia de Carnaxide de 1921 a 1961, chefe dos Serviços Clínicos da FPFH de 1934 a 1962 e, durante a II Guerra Mundial, exerceu no Hospital Militar de Belém, na qualidade de tenente médico miliciano.

Teve serviço e experiência suficientes para compreender o desânimo que, já em 1923, Ricardo Jorge sentia, quando dizia: “tudo concorreu para desmorecer essa funcionalidade bem auspiciada – mau espírito político e até mau espírito médico. Depois de tanto apuro e de tanto trabalho desbaratado, o balanço é desanimador”³². Já em 1918, se reconhecia, pela falta de condições higiénicas predominante nas grandes cidades e as ínfimas somas consignadas nos diversos orçamentos para a higiene pública, que se haviam gorado os principais objectivos da reforma de 1910 e uma nova reforma nos serviços de saúde se impunha³³. De alguma maneira a criação pela Sociedade das Nações de uma organização internacional permanente de saúde, além da criação, em Paris, de um protocolo que impunha deveres às potências aderentes, obrigava Portugal a empenhar-se no fomento progressivo da higiene. Mas, por essa altura, ainda Ricardo Jorge pugnava para que os governantes cedessem instalações condignas para alojar a Direcção-Geral de Saúde³⁴.

E a situação só se agravou: em 1928, discursando na misericórdia de Tomar, perante o Presidente da República, general Carmona, Ricardo Jorge deplorava o facto de entre nós se “consagrarem cerca de 4400 contos para um total de despesas gerais de todo o orçamento que montam a perto de 2 000 000 contos; a proporção é exactamente de 23 centésimas por cento – eis o quinhão da higiene. E note-se que as receitas sanitárias vão a perto de metade da verba. Ora os sanitaristas calculam que a cota normal deve ser de 2% a 3%, quer dizer, no nosso caso 10 vezes mais”³⁵.

³¹ Cf. “Partido”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XX, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., p. 484, e “Médico-de-partido”, vol. XVI, p. 704.

³² Jacinto Simões, art. cit., p. 149.

³³ Cf. Valentino Viegas, João Frada, José Pereira Miguel, *A Direcção-Geral da Saúde. Notas históricas*, Direcção-Geral de Saúde, Lisboa, 2006, pp. 37 e 38.

³⁴ *Ibidem*, p. 40.

³⁵ F. S. Correia, *A Vida, a Obra, o Estilo, as Lições e o Prestígio de Ricardo Jorge*, Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1960, p. 213.

Curiosamente, foi o mesmo Gilberto Monteiro, historiador inconformado, quem denunciou os constantes atentados à integridade histórica e patrimonial, nas crónicas escritas para “O Fermento”. A convite do director do Hospital Militar de Belém, traçou o *Esboço Histórico do Hospital Militar*³⁶, que começa com este aviso:

A concepção da História tem que estar intrinsecamente ligada à da verdade e esta é bem contingente, desde que não a reconheçamos com documentos ou quaisquer provas convincentes.

Na investigação, na consulta de fontes, na interpretação, como nos raciocínios dedutivos, tem que haver análise calma e fria para que se possa anular quanto possível a tendência natural para tomar como boas as conclusões que a tradição tenha previamente perfilhado³⁷.

Foi, sem dúvida, a convicção no poder de análise para alterar o que erradamente estava estabelecido que lhe permitiu, por ocasião do 1.º aniversário da Direcção do Hospital Militar de Belém, a 13 de Março de 1945, ter a ousadia de corresponder ao desafio de apresentar o referido trabalho (a primeira abordagem histórica efectuada sobre o estabelecimento) e dirigir-se, no final, ao director:

O Colega de V. Ex.^a que sou, compreende, como todos os presentes, quanto de sacrifício inglório representa dirigir uma instituição hospitalar como a nossa, onde as dificuldades vão desde a instalação defeituosa à incultura do pessoal, desde a inoportunidade dos regulamentos à indiferença dos governantes, desde a falta do essencial à abundância da inércia oficial.³⁸

Pela conjugação de fontes escritas, testemunhos orais e investigação e análise exaustivas, G. Monteiro relatou factos importantes da história do hospital. Elucidou e esclareceu questões que ensombravam uma correcta interpretação da história daquela instituição. Como exemplo, podemos apontar a errada leitura que os números de ferro da grade, que constituía a bandeira da porta de entrada do edifício, levavam a considerar a fundação do hospital em 1892. É que, utilizando o testemunho oral do seu primeiro director e os livros coevos de escrituração, G. Monteiro corrigiu a tradicional data de ocupação do edifício conventual para 1890. Com interesse, seguimos as transformações que o edifício foi sofrendo, a partir das obras efectuadas em 1892, as vicissitudes e alguns momentos de glória no exercício da medicina ali desenvolvido.

³⁶ Gilberto Monteiro, *Esboço Histórico do Hospital Militar de Belém*, por Gilberto Monteiro Tenente Médico Miliciano, Lisboa, Tip. da L.C.G.G., 1946.

³⁷ *Idem*, p. 3.

³⁸ *Esboço Histórico do Hospital Militar de Belém*, manuscrito dactilografado que foi lido na sessão de 13 de Março de 1945, p. 17. Consta de dezanove páginas, sendo, portanto, uma versão reduzida do trabalho depois publicado, Arquivo familiar.

Por ele ficamos a saber que só em 1941, no serviço de Tisiologia, por proposta do director, foi adquirido um aparelho de radioscopia e reparado e posto a funcionar um antigo aparelho de Küss, ambos os equipamentos indispensáveis no tratamento da tuberculose. Por isso, em abono da verdade, Gilberto Monteiro não pôde deixar de concluir que, “dada a importância que tem o pneumotorax no tratamento da tuberculose, temos de convir que foi a Direcção do hospital, referida, que criou o Serviço de Tuberculose no Hospital Militar Principal”³⁹. Na verdade, foram o esforço e o empenhamento de alguns directores que melhoraram as condições do hospital, não obstante a inércia reinante:

Como já dissémos, tem este Hospital uma razoável instalação de radioscopia indispensável ao serviço de tisiologia, mas pena é que não possua também uma radiografia, independente. Tem ainda, um velho aparelho de radiações ultra-violetas, que serve devido à boa vontade e habilidade pessoal. [...] As enfermarias não têm calefacção, exceptuando a de tisiologia, o que é sobretudo anacrónico, para não dizermos desumano. As instalações continuam a sofrer do mal inicial agravado com as exigências da actualidade científica; dimensões exíguas, má disposição topográfica, imperfeitos arejamento e iluminação, falta de alojamentos para o pessoal, etc. [...] Quão deficientes são as instalações e quão diminuto é o número de enfermeiros, ajudantes, vigilantes e mais pessoal para o serviço dos doentes, que têm que se sacrificar para suprir o que lhes falta em preparação técnica [...].⁴⁰

Há que recordar que só em 1950, pela Lei n.º 2044, de 20 de Julho, saiu o diploma que consignava prioritária a luta contra a tuberculose.

E, mais uma vez, é da História que Gilberto Monteiro se serve para advertir contra os males de que padecia a medicina contemporânea. Vale a pena ouvi-lo:

A História é a melhor mestra dos sociólogos. Este «esboço» cita o suficiente para se conhecerem os erros, as suas causas e consequências. Eliminem-se aqueles e evitam-se-ão estas⁴¹.

Que causas?

O desprezo pelo problema da Assistência, as delongas nas resoluções, o desrespeito pela missão médica, a inconsideração pelos técnicos, o desdém pelo aspecto humanitário e toda a complicada engrenagem oligárquica que impende sobre a Instituição Hospitalar e sobre a sua função social [...]. Mas o mal vem de longe, a probidade dos que superintendem está

³⁹ Gilberto Monteiro, *Esboço Histórico do Hospital Militar de Belém*, por Gilberto Monteiro Tenente Médico Miliciano, Tipografia da L.C.G. G., Lisboa, 1946, p. 38.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 42.

⁴¹ *Ibidem*, p. 44.

cativa dos regulamentos e das suas leis [...]. Uns mais outros menos [...] pedindo e requisitando sem convicção pelas vias competentes tudo que era mais indispensável para o serviço, esmolando o que lhe era devido [...]⁴².

Que consequências?

A História do Hospital propriamente dito, é uma sucessão de situações difíceis, de aspectos sombrios, algumas linhas gerais de biografias e de atitudes esbatidas num ambiente borresco da vida nacional, onde a acção é continuamente anulada pela incompreensão e pela negligência, justificada pelas secretarias, pelas tesourarias e pela rotina. A falsa economia, os orçamentos diminutos, as verbas esgotadas, as obras começadas e não acabadas, planos incompletos, mal gizados e sem conjunto, as vistas curtas, as imprevidências, os horizontes acanhados estão em harmonia com a subserviência dos homens a princípios onde o comodismo está a coberto da disciplina e da honorabilidade⁴³.

Estamos em 1945/46. E temos presente um testemunho de vertical e desassombrada coragem cívica, denunciadora de anomalias perante os responsáveis máximos do sector.

Por essa época, já Gilberto Monteiro organizara consultas clínicas nos Bombeiros Voluntários de Algés e, segundo me disseram, resolvera dar cursos de higiene e contracepção às algecinhas, atraindo com isso a incompreensão de seus maridos. Para desanuviar o mal-estar, ministrou-lhes, então, algumas “dicas” para elas mais facilmente os enfrentarem⁴⁴.

É nesta linha de justiça, educação e melhoria da qualidade de vida das pessoas que o encontramos na chefia dos serviços clínicos da FPFH, na Cruz Quebrada – facto insignificante, imperceptível quando inserido num contexto mais amplo, macro-histórico.

Estamos em pleno Estado Novo. A organização da previdência, integrada no regime corporativo, iniciou-se com a criação do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social que tutelou o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, criado a 23/9/1933. Este Instituto visava orientar, coordenar e fiscalizar o sistema, em substituição do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência, extinto nessa data. Em Setembro de 1933 foi aprovado o Estatuto do Trabalho Nacional, que constituiu a base da política social adoptada nas quatro décadas seguintes⁴⁵.

⁴² *Ibidem*, p. 44.

⁴³ *Ibidem*, p. 43.

⁴⁴ Segundo me contou minha mãe e confirmou meu tio Mário. Sobre o empenhamento e entusiasmo de G. Monteiro, há ainda múltiplos testemunhos, em Algés, que espero vir a recolher.

⁴⁵ Cf. António Santos Luís, “Previdência”, in *Dicionário de História de Portugal*, Supl. 9, coord. por António Barreto e Maria Filomena Mónica, Livraria Figueirinhas, Porto, 2000, p. 149.

Pedro Teotónio Pereira, primeiro subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e principal ideólogo corporativista, considerava que a previdência não devia ser obra de um Estado providencial. Aliás, condenava, nas democracias parlamentares, os seguros de desemprego, que só criavam legiões de desempregados profissionais, o seguro de doença, que veio diminuir em muita gente o desejo de ter saúde, e o seguro na velhice, que concorreu para relaxar os instintos individuais de economia. Deste modo a obra providencial do Estado só poderia ser a de uma previdência de previdentes, e não de assistidos por um Estado providencial. Por isso, o Estado acompanhará a prática, imporá estatutos dirigentes e os esquemas das acções gerais, sempre subordinado ao princípio de que o económico não se sacrificará ao social⁴⁶.

É sintomática a afinidade dos princípios de Pedro Teotónio Pereira com os de Salazar. Em entrevista a António Ferro, em 1933, e à pergunta sobre o problema urgente do desemprego, Salazar respondeu:

“O que lhe posso garantir é que a nossa experiência é a mais inteligente, a mais original que se tem feito. O subsídio sem o trabalho compensador desmoraliza os indivíduos, torna-os indolentes, comodistas, completamente inúteis à vida duma sociedade. O subsídio a troco de trabalho, pelo contrário, não desabitua os homens da sua função natural dentro da vida e enriquece o País com o acabamento e a iniciação de obras públicas que são de utilidade para todos”⁴⁷.

A 23 Setembro de 1933 foram promulgados decretos de criação de grémios, sindicatos, casas do povo e caixas económicas.

Segundo o jurista António Santos Luís, “pelo § 41 da Constituição de 33, o Estado devia promover e favorecer instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade. A responsabilidade do Estado não incluía a obrigação de constituir um sistema de previdência nem tão-pouco o seu financiamento, mas, apenas, de implementar instituições para realização dos correspondentes objectivos de política social. [...] O Estatuto do Trabalho Nacional preconizava uma mera realização progressiva dos fins da previdência, entregando a criação das Instituições de Previdência à iniciativa dos empregadores e trabalhadores pelo que vieram a resultar soluções diferenciadas em função das capacidades económicas das empresas ou dos sectores de actividade”⁴⁸.

⁴⁶ Cf. Manuel de Lucena, “Previdência Social”, in *Dicionário de História de Portugal*, Supl. 9, coord. por António Barreto e Maria Filomena Mónica, Livraria Figueirinhas, Porto, 2000, pp. 153 e ss.

⁴⁷ *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2003, p. 62.

⁴⁸ António Santos Luís, “Previdência”, in *Dicionário de História de Portugal*, p. 149.

Dentro desta óptica, o Estado Novo aprovou o Regime Geral de Previdência em 16 de Março de 1935, pela Lei n.º 1884, que estipulou que a criação de caixas sindicais de previdência dependia da “vontade dos interessados”, isto é, da celebração de contratos colectivos de trabalho. O certo é que o patronato opunha-se à sua assinatura, e entre 1934 e 1939 apenas se celebraram 91 convenções que abrangiam grupos profissionais muito restritos e de âmbito distrital ou regional⁴⁹.

Sobre o verdadeiro alcance desta lei, oiçamos Fernando Rosas: “a criação das caixas sindicais de previdência dependia da ‘vontade dos interessados’, ou seja, da celebração de contratos colectivos de trabalho, e o patronato opunha-se denodadamente, já o vimos, à sua assinatura. [...] Na realidade, até ao fim da guerra, a grande maioria do operariado não está abrangida por qualquer esquema público de previdência: seriam 120 000 os trabalhadores beneficiários em 1942 e estes só gozavam de auxílio obrigatório na doença e na invalidez. Não há, como regime geral, pensões de sobrevivência, de desemprego, assistência clínica ou médica completa ou assistência materno-infantil, ainda que algumas grandes empresas as concedessem. Para o geral dos trabalhadores portugueses desse tempo, o desemprego, a doença prolongada ou a velhice significavam fome e miséria”⁵⁰.

Aliás, o documento principal de referência legislativa é o Estatuto da Assistência Social (Lei n.º 1998, de 15/5/1944), que reafirma aquela orientação fundamental do regime, ao declarar o carácter supletivo do Estado na assistência social, uma vez que era às instituições privadas que cabia desenvolver a assistência. Orientada, preferencialmente, para as famílias e não para o indivíduo, a assistência vinha complementar o sistema de previdência, de modo a proteger a população que não era abrangida pelos esquemas de previdência obrigatórios. Em 1945 saiu o regulamento do Estatuto que reorganiza os serviços públicos de assistência social, coordenados pela Direcção-Geral de Assistência, dependente do Ministério do Interior⁵¹.

O sistema melhora, em 1946, com a promulgação das bases para a organização hospitalar (Lei n.º 2011 de 2 de Abril) e a constituição formal da Federação das Caixas de Previdência (D.-L. 35.611 de 25 de Abril) para apoiar caixas federadas, ainda que segundo o modelo corporativo. Utilizando as palavras de Medina Carreira, a Federação “permitiu a expansão dos serviços médico-sociais à margem dos serviços assistenciais e ‘policiais’ de saúde de

⁴⁹ Cf. Fernando Rosas, “A Indústria Nacional”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, VII vol., “O Estado Novo (1926-1974)”, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 98.

⁵⁰ Fernando Rosas, “A Indústria Nacional”, in *História de Portugal*, cit., pp. 98-99.

⁵¹ Cf. Carlos Farinha Rodrigues, “Assistência Social”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, p. 71 e Henrique Medina Carreira, “A Saúde”, in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, org. de António Barreto, ICS, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996, pp. 410 ss. V. também Henrique Medina Carreira, *As Políticas Sociais em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1996, pp. 58-66.

Estado”⁵². Contudo, só em 1950 se regulamentou a assistência medicamentosa, embora condicionada às disponibilidades financeiras das instituições e sem abranger familiares. Igualmente se alargou a extensão da assistência médica aos serviços especializados⁵³.

Mas no geral, porque o financiamento das caixas sindicais e caixas de reforma advinha das contribuições das entidades patronais e dos trabalhadores, sem qualquer apoio financeiro do Estado, os montantes eram muito reduzidos, dado que algumas caixas não tinham mais de dez ou quinze anos e as prestações eram baixas. E isto em 1963! Sobre a política previdente e de contenção salazarista, ponderem-se as palavras de Manuel de Lucena: “as suas realizações oscilavam quase sempre entre a pobreza e uma menos do que franciscana miséria; para já não falar dos casos de pura e simples ausência, deixando pessoas desprotegidas (por exemplo, cerca de 90% dos independentes e cerca de 80% dos rurais) bem como as eventualidades por cobrir: desemprego, maternidade, sobrevivência. No entanto, a Previdência era escandalosamente rica, muito rica mesmo, graças à intensa capitalização, [...] a imponente progressão registada na constituição de reservas, bem como a aquisição de títulos do Estado e de acções e obrigações de empresas; por outro lado, a modéstia dos aumentos nas despesas (assistência, obras sociais e culturais, construção de habitações económicas) directamente relacionadas com os fins próprios das caixas”⁵⁴.

É esta a situação que se vivia no país, quando encontramos Gilberto Monteiro nos serviços clínicos da Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses.

E é com o ensejo de colmatar as lacunas do insuficiente sistema que, a 4 de Julho de 1949, a Direcção da FPFH pediu a G. Monteiro o “favor de nos dizer que espécie de análises, radiografias, etc. se deveriam fazer para”, na Fábrica, realizarem inspecções médicas mais rigorosas e melhor controlarem o nível de saúde dos trabalhadores. Pediam-lhe, ainda, que os informasse acerca de “qual o s/ custo aproximado”⁵⁵.

Embora sem data, entre os documentos do médico encontra-se uma carta que, seguramente, se relaciona com a anterior. Nesta carta G. Monteiro explicita os diferentes critérios a que se devem sujeitar as inspecções, segundo a missão a que se destinam os empregados e os operários, e precisa: “Nos operários, nestes sobretudo, dada a dureza de alguns serviços, há que ter critérios diferentes, segundo se trata de um motorista ou de um servente, dum mestre especializado ou de um aprendiz, dum operário da laboração de massas ou dum fogueiro”⁵⁶.

⁵² Henrique Medina Carreira, *As Políticas Sociais em Portugal*, Gradiva, Lisboa, 1996, p. 122.

⁵³ Manuel de Lucena, “Previdência Social”, in *Dicionário de História de Portugal*, cit., p. 159.

⁵⁴ Manuel de Lucena, “Previdência Social”, *ibidem*, p. 160.

⁵⁵ Documento da Fábrica Portuguesa dos Fermentos Holandeses, doc. FPFH 4, de 4 de Julho de 1949, Arquivo familiar.

⁵⁶ Documento da Fábrica Portuguesa dos Fermentos Holandes doc. FPFH 5, s/ d. Arquivo familiar. Carta de Gilberto Monteiro para os Exmos. Senhores Directores da Fábrica de Fermentos Holandeses, Lda.,

Sensível aos reais problemas humanos e sociais do pessoal da fábrica, G. Monteiro acautela a Direcção da mesma para o facto de que “as condições físicas, boa saúde, força e até a idade são garantia da persistência e da perfeição no trabalho, que deve ser compatível com essas condições”⁵⁷.

Côncio de que na sua missão de chefe clínico estava implícita a dedicação e o respeito pela dignidade humana, G. Monteiro considera ter de se ponderar “ainda que não seja das atribuições do médico, a distância das suas habitações à Fábrica, o que, em casos que eu conheço, os obriga a grande esforço em tempo e marcha, o que lhes provoca um deficit físico permanente, em prejuízo da produção de trabalho”⁵⁸.

E é a sensibilidade do “espírito altruísta com os menos favorecidos pela sorte”⁵⁹ que ditou esta advertência:

Não é de menor importância a sua [dos operários e empregados] vida particular, outro ponto de vista que aparentemente não é médico, mas a que eu ligo grande importância, visto que, apurado no que diz respeito à falta de repouso em casa, nos costumes alcoólicos e mesmo na aplicação a outras actividades profissionais e quase sempre nocturnas, põem o operário em condições de inferioridade para o trabalho na Fábrica⁶⁰.

Não é despreciando recordar que, nas décadas de 30 e 40, o aumento da população operária e trabalhadora levou a que “em Alcântara ou Santo Amaro, na zona ocidental, ou particularmente em Alfama, parte da Graça, Marvila, Beato, Chelas, Xabregas, mora-se nos ‘pátios’, nas barracas, que já abundam, para não falarmos nas furnas de Monsanto. Como referia um vereador do município, há em Lisboa dezenas de milhares de famílias a viver em partes de casa ou apenas um quarto; há dezenas de milhar de indivíduos de sexo diferente a viverem em grande número no mesmo quarto e até na mesma cama, numa incrível promiscuidade”⁶¹.

Com efeito, se em 1950 a ruralidade ainda absorvia 48% da população activa, o excesso de mão-de-obra para as capacidades existentes contribuiu para um estado de pobreza tal

Cruz Quebrada, consta de três folhas. A carta não é o original mas uma cópia, com sublinhados do próprio, a azul. Não está datada e nela G. Monteiro diz ter recebido uma carta da Direcção, com sugestões sobre o serviço de inspecções, e alude a uma conversa que teria tido com a mesma Direcção, na qual se falou na eventual extensão da assistência a dar aos trabalhadores e às famílias.

⁵⁷ Doc. FPFH 5, p. 1.

⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁵⁹ Petição endereçada à Câmara, de 12 de Abril de 1990, p. 1, Arquivo familiar.

⁶⁰ FPFH 5, p. 1.

⁶¹ Fernando Rosas, “A Indústria Nacional”, in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, sétimo vol., “O Estado Novo (1926-1974)”, Círculo de Leitores, 1994, p. 99.

que as populações, sazonalmente, procuravam emprego noutros locais a qualquer preço. Com o êxodo das populações para as cidades, em Lisboa multiplicaram-se as barracas sem casa de banho, água canalizada e luz eléctrica⁶².

Naquela mesma carta, que trata das inspecções médicas, G. Monteiro alude a uma conversa que teve com a Direcção e na qual foi ponderada a extensão da assistência médica a dar ao pessoal e às famílias. Sem se fazer rogado, apresenta, no final, as bases de uma assistência social mais larga (ao pessoal e família), várias alíneas que, resumidamente, estabeleciam a assistência na doença através da observação e tratamento médico e de enfermagem, a assistência preventiva, que supunha a observação periódica do pessoal. Ainda destaca o estado de nutrição, pesquisa de doenças de carácter social, como reumatismo, sífilis, tuberculose, e consequente vigilância, conselhos e tratamento. Propõe, e sublinha a *assistência às famílias*, onde inclui mulheres e filhos e pessoas coabitantes na mesma casa, devido aos contágios, e precisa que tal assistência poderá ser prestada em consultórios e nas residências, “como acontece aos operários e empregados – sem auxílio de medicamentos”. Julga ser indispensável uma enfermeira que também instrua nas medidas de higiene e calcula que para isto a fábrica “precisa de uma nova instalação médica” e de um regulamento. Neste último, deveria estabelecer-se que, nos primeiros três dias os doentes não receberiam honorários, e nos seguintes, aufeririam 75%; aos atingidos por doenças prolongadas, como tuberculose, cancro, etc., deveria haver o máximo auxílio; e ainda assegurar que “os empregados que, em virtude da lei a que a sua vontade é estranha, não pertencem à Caixa, beneficiarão de toda a Assistência da Fábrica”⁶³.

Não resisto à tentação de lembrar, o que atrás dissemos: só em 1950 se regulamentou a assistência medicamentosa, ainda que condicionada às disponibilidades financeiras das instituições e sem abranger familiares.

E acrescento o que sobre previdência, e já referindo-se aos anos 60, nos diz A. Santos Luís: “Apesar da vasta produção legislativa, os níveis de protecção da população eram extremamente insuficientes. Não estava assegurada a previdência dos trabalhadores autónomos e independentes [...] não existia protecção especial para a maternidade; não eram garantidos os encargos familiares; e só uma parte limitada da população beneficiava de protecção”⁶⁴.

De facto, só em 1960 a lei estendeu a assistência medicamentosa aos familiares da generalidade dos beneficiários das caixas, mas pagando 50% dos remédios comparticipados⁶⁵.

⁶² Cf. António Santos Luís, “Pobreza”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Supl., coord. por António Barreto e Maria Filomena Mónica, Figueirinhas, Porto, 2000, pp. 102-107.

⁶³ FPFH 5, pp. 2 e 3.

⁶⁴ “Previdência”, *ibidem*, p. 151.

⁶⁵ Cf. Manuel de Lucena, “Previdência Social”, *ibidem*, p. 158.

Contudo, entre os documentos de G. Monteiro estão três folhas que constam de umas *Bases Regulamentares sobre Assistência Médica às Famílias dos Operários e Empregados da Fábrica dos Fermentos*, datadas de 18 de Setembro de 1950⁶⁶. Nelas se define o que se considera como pessoas de família abrangidas, “que são os que habitam com o empregado, estão a seu cargo e pertencem aos seguintes graus de parentesco, esposa, filhos menores, filhas solteiras, irmãos menores, irmãs solteiras, pai e mãe incapacitados para o trabalho”⁶⁷.

A área de trabalho do médico, segundo consta do mesmo documento, abrangia a Cruz Quebrada, Dafundo, Algés e Pedrouços, em distâncias compatíveis com os meios de transporte popular, carro eléctrico e comboio.

Na sequência, a Fábrica comunica, por carta, datada de 21 de Outubro, a G. Monteiro que “em seguimento às conversas que recentemente tivemos acerca da extensão da assistência médica às famílias dos n/ empregados e operários, vimos comunicar-lhe que desejamos iniciar tal assistência a partir do próximo dia 1 de Novembro”⁶⁸.

A mesma carta remetia uma circular a confirmar que a Direcção da Fábrica estava a elaborar o regulamento. Na circular estabelecia que as consultas para a família seriam efectuadas no consultório privativo do médico, que era, neste caso, na casa do próprio G. Monteiro, em Algés. O pessoal mantinha as consultas na fábrica e as visitas do médico eram gratuitas para a zona de Oeiras a Lisboa, incluindo locais intermédios que dispusessem de meios de transporte, carros eléctricos, comboios e autocarros⁶⁹.

Com efeito, no Regulamento⁷⁰ que saiu a 1 de Novembro de 1950, determinou-se que os subsídios de abono para remédios abrangiam o pessoal regular, pessoas de família e pessoal adventício, pagando a fábrica 75% do seu custo que a caixa não abonava para pessoal regular e adventício, e 50% no que se referia às pessoas da família do pessoal regular. Mais se estabelecia ser indispensável a receita passada pelo médico da fábrica, designando-se as farmácias com quem existia acordo. Quanto a subsídios pecuniários, em caso de doença, ficou estipulado que só seria dados 2/3 do vencimento no 2.º dia, e no 3.º até 270 dias, a fábrica pagava a diferença do subsídio concedido pela Caixa para 5/6 dos vencimentos. Ainda havia a hipótese de, em vez do acima indicado para os 1.º e 2.º dias, conceder subsídio de 5/6 dos vencimentos, desde que o doente visitasse ou chamasse o médico, no primeiro dia da falta ao trabalho.

⁶⁶ FPFH 7, 1.ª folha título, e as outras duas folhas escritas à máquina, de 18 de Setembro de 1950.

⁶⁷ *Idem*, ponto I, p. 1.

⁶⁸ FPFH 8, original, contém uma circular com duas folhas, de 21 de Outubro de 1950.

⁶⁹ FPFH 8 circular, s/ d.

⁷⁰ FPFH 9 Regulamento da Assistência Privativa da Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses, Ld.ª, consta de quatro folhas e existe em duplicado, 1 de Novembro de 1950.

Em Julho de 1952 ampliou-se a assistência aos partos⁷¹, em Outubro fazia-se contas aos custo de deslocação de uma unidade móvel para exame de *rádio-fotografia*⁷² e em Dezembro de 1953 a Direcção passou de 50% para 75% o auxílio para remédios e ampliou a assistência aos filhos até aos 21 anos, desde que comprovadamente dependentes dos pais⁷³.

Entretanto, a 15 de Maio de 1956, G. Monteiro deu conhecimento à Direcção de que terminava, naquele dia, a acção da Caixa de Previdência do Pessoal, por inclusão desta na Federação das Caixas. Consequentemente, cessava de imediato a sua missão profissional junto da mesma caixa, donde não foi transferido nenhum médico ou enfermeiro para a citada Federação. Prevendo complicações no serviço de assistência privativo da fábrica, G. Monteiro avistou-se e conferenciou com entidades superiores das Caixas, a quem sugeriu a “criação na Fábrica dum subposto da Cruz Quebrada, na própria Fábrica onde a Federação não tivesse encargos além do fornecimento de medicamentos injectáveis, mas onde o médico tivesse além dos deveres inerentes ao seu cargo, o direito de subscrever, como sempre fez, os boletins, as receitas e mais documentos relativos à situação do pessoal”⁷⁴.

Era urgente, segundo parecer do presidente da caixa cessante, confidenciava G. Monteiro, que tal fosse comunicado pela Direcção da fábrica à Federação, até porque havia que atender a cerca de dez anos de prática de assistência e ao facto de que o número de beneficiários naquela área era de cerca de trezentos, sem contar familiares, e quase todos residentes na freguesia de Carnaxide e arredores. Os bons serviços prestados pela fábrica e o facto de estar situada fora de Lisboa, informava o médico, concorriam para que o mesmo presidente cessante considerasse viável atender àquela pretensão⁷⁵.

Por isso, conclui com firmeza:

Do meu dever foi fazer estas diligências; do meu dever é comunicar a V.Exa. e pedir-lhe que dentro de 2 a 3 dias seja oficiado ao Sr Presidente da caixa cessante, neste sentido⁷⁶.

Foi o carácter afoito e empreendedor de G. Monteiro que explica a admiração que lhe devotavam antigos doentes, amigos e admiradores e a petição dirigida à Câmara para

⁷¹ FPFH 11 Suplemento para apensar ao Regulamento da Assistência Privativa da FPFH, Ld.º, 30 de Junho de 1952.

⁷² FPFH 14 Assistência Médica ao Pessoal. Rádio-Fotografias do Tórax, duas folhas, 10 de Novembro de 1952.

⁷³ FPFH 15 Aviso. Abono para Remédios. Para apensar ao “Regulamento dos Serviços Médicos”, de 23 de Dezembro de 1953.

⁷⁴ FPFH 18 Carta de Gilberto Monteiro à Direcção da FPFH, duas folhas de 15 de Maio de 1956.

⁷⁵ Cf. FPFH 18, p. 1

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 1 e 2.

atribuição do seu nome a um arruamento da Cruz Quebrada, onde se declarava que ele “foi médico dedicado e conhecido pelo seu carácter impoluto”⁷⁷.

Conforme Aviso com data de 14 de Junho de 1956, a Direcção da F.P.F.H. decidiu manter os serviços médicos, embora de forma privada, para garantir os que não necessitassem de oficialização ou para os não abrangidos pela assistência⁷⁸.

Em Junho de 1959, G. Monteiro que, entretanto, enviuvara⁷⁹, tornou a casar-se e passou a residir em Paço de Arcos.

Revelando não ser alheio ao ideal de bem-estar social almejado, então, na maior parte dos países europeus, antes pugnando pelo estabelecimento e respeito dos principais direitos sociais e humanos, G. Monteiro sugeriu que na Fábrica se organizasse um serviço de vigilância da alimentação, pesagem e saúde das crianças.

Com efeito, a quebra de mortalidade que se pode verificar nos anos 50 em Portugal, segundo João Ferrão, não foi acompanhada por alterações significativas no que se refere às principais causas de morte, “morria-se menos, mas do mesmo, isto é, as doenças infecciosas e parasitárias, apesar de se encontrarem em recuo relativo, permanecem, até aí, como as principais responsáveis pelos óbitos ocorridos (cerca de um terço); por outro lado, a mortalidade infantil, afectando um grupo particularmente vulnerável àquele tipo de doenças, mantém-se elevada, correspondendo a quase 15% das mortes recenseadas”⁸⁰.

Não admira, pois, que G. Monteiro considerasse “um enorme melhoramento que cabe perfeitamente no plano generoso de assistência que a Fábrica há anos desenvolve em benefício do seu pessoal, que eu pela prática profissional que tenho, considero de longo alcance e grande vantagem: o fornecimento de produtos lácteos aos filhos do pessoal, mas sob o meu ‘contrôle’ e com o fornecimento directo do respectivo produto adquirido directamente da fabrica Nestlé”⁸¹. E até alvitrasse:

“Com esta organização dentro do edifício da nossa Fábrica poderemos falar com mais propriedade da família da Fábrica e eu sentir-me-ei mais médico que ao fazer ‘abonos’ de receitas feitas por outros médicos.”⁸²

⁷⁷ Petição endereçada à Câmara, de 12 de Abril de 1990, p. 1, Arquivo familiar.

⁷⁸ FPFH 19 *Aviso. Doenças*, Cruz Quebrada, 14 de Junho de 1956.

⁷⁹ Maria Isabel Barahona Vieira Monteiro faleceu após longos anos de doença em Agosto de 1958.

⁸⁰ João Ferrão, “Três décadas de consolidação de Portugal demográfico ‘moderno’”, in *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, org. de António Barreto, ICS, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996, segunda parte, pp. 167 e 169.

⁸¹ FPFH 21 Carta para a Direcção, de 23 de Junho de 1959.

⁸² FPFH 21.

É com esta probidade de entrega que, a 6 de Julho de 1959, G. Monteiro para e por se “sentir” mais médico, elaborou um *Estudo*, sobre o fornecimento de produtos lácteos aos filhos dos empregados e operários da FPFH, Ld.⁸³.

Afinal, o que lhe ditou aquela ideia foi a “observação constante nas consultas de doentes pobres, de casos de enterites e sub-alimentação, de raquitismos e misérias nos lactentes cujas mães não têm leite, nem o maternal nem qualquer outro, para as alimentar, o que agravado com a sua incultura concorre para justificar a enorme taxa de mortalidade que escurece duma forma sinistra as estatísticas nacionais”⁸⁴.

A sugestão foi atendida.

Por isso, em carta, datada de 11 de Agosto de 1959⁸⁵, G. Monteiro considerou oportuno apresentar umas bases que, julgava, deveriam constar no regulamento do serviço. Como complemento juntava, da Assistente Social, a estatística de nascimentos referente aos anos de 1953 a 1959, e uma tabela de preços de leites e farinhas fornecida pela Nestlé⁸⁶.

Por esta altura G. Monteiro já tinha 67 anos.

Homem de “fazer”, não esmoreceu, e isso explica bem estas palavras:

“Não sei a quem quer a Exma. Direcção da Fábrica auxiliar neste caso. É para admitir que sejam todos os operários e todos os empregados. Pode ser que sejam apenas os que tenham salários mais baixos ou ainda os que habitam só na região. [...] Tudo hipóteses que não modificam em nada a minha maneira de ver a necessidade que têm as crianças de serem sujeitas a uma assistência técnica, médica e alimentar tão cuidada quão possível, mas impossível sem o auxílio material do patronato”⁸⁷.

⁸³ FPFH 23 com quatro folhas, 6 de Julho 1959.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 1.

⁸⁵ FPFH 24 Carta de G. Monteiro para FPFH com duas folhas, 11 de Agosto de 1959.

⁸⁶ FPFH 25 Informação, complemento do relatório de G. Monteiro, com estatística e tabelas de preços de leites e farinhas Nestlé efectuado pela Assistente Social, com quatro folhas, s/d.

⁸⁷ FPFH 24, p. 1.